NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 408-B/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA, notifico a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL DO JARDIM FLORESTAL, de que no dia 01.06.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2013/52376-6, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio ALEPA nº 125-GP/2011, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior.

Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.

Belém, 25 de maio de 2017.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

Protocolo: 185004

**RESOLUÇÃO Nº. 18.920
(Processo nº. 2017/50863-0)**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, Considerando o disposto no art. 116, inciso I, da Constituição do Estado, combinado com o art. 30 da Lei Complementar n. 081, de 26 de abril de 2012 (Lei Orgânica do TCE-PA) e com as normas constantes da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o disposto no art. 102 do Regimento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando o que consta do Processo 2017/50863-0;

Considerando que as contas do Governador, exercício de 2016, foram prestadas no prazo e nas condições exigidas pela Constituição do Estado;

Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, bem como os demonstrativos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão em conformidade com as normas legalmente prescritas;

Considerando que foram observados os limites de despesas com pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Considerando que os limites de endividamento, realização de operações de crédito, pagamento da dívida e concessões de garantias, previstos na LRF, também foram cumpridos;

Considerando que, além do cumprimento de outros limites, houve a observância dos limites mínimos constitucionais para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino;

Considerando os votos dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros; RESOLVE, unanimemente:

Emitir Parecer Prévio favorável à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE, referentes ao exercício financeiro de 2016;

Encaminhar ao Poder Executivo as seguintes RECOMENDAÇÕES:

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

○ Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até a fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, que seja designado órgão gestor do sistema;

○ Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até à apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema;

○ Que seja instituído cadastro Informativo dos créditos não quitados, mediante sistema informatizado, com a expedição de norma que obrigue consulta prévia pelos órgãos e entidades estaduais, evitando-se a celebração de atos com agentes inadimplentes;

○ Que seja implantado sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme dispõe a LRF, art. 50, § 3º, considerando os critérios de transparência e controle social;

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

○ Que somente sejam consideradas aumento permanente de receita, no Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado da LDO e da LOA, as receitas provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, de acordo com o disposto na LRF, art. 17;

Que apenas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), consideradas novas, constem no Demonstrativo da Margem Líquida

de Expansão, de acordo com o disposto na LRF, art. 17, bem como conste seu detalhamento na Memória de Cálculo;

Que no Orçamento Geral do Estado, a função 09 - previdência Social, e subfunção 272 - Previdência do Regime Estatutário, da unidade gestora Igeprev, seja classificada sem a utilização do código neutro "0000", para o Programa;

Que a Revisão do PPA 2016-2019 seja considerada como uma das etapas do Ciclo do Planejamento e gestão, de modo que os fundamentos do Modelo de Gestão do Plano não fiquem prejudicados; Que os indicadores de processo sejam aferidos, anualmente, por Programas Temáticos, quanto à eficiência e à eficácia;

Que sejam disponibilizados no sistema de monitoramento e avaliação, relatórios gerenciais consolidados por indicadores de processo e de resultado, por metas regionalizadas, por metas físicas e financeiras, por programa e por região de integração, dentre outros;

2.3. QUANTO À REALIZAÇÃO DA RECEITA E À EXECUÇÃO DA DESPESA

2.3.1. Que a arrecadação das Receitas de Contribuições do Funsau e do FASPM seja contabilizada de forma segregada nas respectivas subalíneas, a fim de não comprometer a transparência da informação;

2.3.2. Que receitas e despesas, registradas contabilmente em contas de ajuste (364010201, 365010201, 464010401), sejam também registradas no sistema orçamentário;

2.3.3. Que as receitas legalmente vinculadas à finalidade específica sejam utilizadas exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, permitida a liberdade para alocação de 30% do arrecadado, com fulcro no art. 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

2.4. QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4.1. Que, no agrupamento de contas semelhantes, os saldos agregados não ultrapassem 0,1 (um décimo) do respectivo grupo de contas, aplicando-se, por analogia, a Lei nº 6.404/76, art. 176, § 2º, como forma de garantir a transparência e efetiva evidencição dos itens contábeis;

2.4.2. Que as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista apresentem as respectivas demonstrações contábeis com base nos registros efetuados no sistema único de contabilidade (Siafem), que se encontra ajustado ao novo PCASP, abstando-se de utilizar sistemas paralelos que divirjam do Siafem;

2.4.3. Que o cancelamento de Restos a Pagar processados, inscritos em exercícios anteriores, seja procedido de justificativa no histórico de documentos no Siafem, e as obrigações a pagar remanescentes sejam registradas contabilmente no exigível de curto ou longo prazo;

2.4.4. Que sejam reforçadas as medidas existentes para reduzir o saldo do estoque da dívida ativa do Estado, com o objetivo de incrementar a arrecadação da receita tributária e não tributária, inclusive quanto aos valores referentes às decisões deste Tribunal;

2.5. QUANTO ÀS AUDITORIAS OPERACIONAIS EM TEMAS ESPECÍFICOS

2.5.1. Que sejam intensificadas as ações nas políticas públicas da Cosanpa e Sedop, de modo a ampliar a cobertura, qualidade e sustentabilidade dos serviços de saneamento básico destinados à população, em obediência à Resolução TCE-PA nº 18.429/2013, que dispõe sobre a auditoria operacional realizada na função Saneamento, acolhendo integralmente os achados, recomendações, determinações e as proposições de melhoria apresentados na referida Resolução;

2.5.2. Que sejam intensificadas as ações nas políticas públicas da Seduc, de modo a melhorar a gestão e infraestrutura das escolas de ensino médio, em obediência à Resolução TCE-PA nº 18.571/2014, que dispõe sobre a auditoria operacional realizada na função Educação, acolhendo integralmente os achados, recomendações, determinações e as proposições de melhoria apresentados na referida Resolução;

Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Poder Executivo apresente a esta Corte de Contas as providências adotadas para o atendimento às RECOMENDAÇÕES formuladas, subsidiando a plena fiscalização deste Tribunal de Contas mediante monitoramento;

3. Determinar a remessa dos presentes autos, incluindo o Parecer Prévio desta Corte de Contas, à Assembleia Legislativa do Estado, em atendimento ao prazo constitucional, até o próximo dia 02 junho de 2017, considerando que o julgamento político-administrativo compete àquele Parlamento.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Extraordinária de 24 de maio de 2017.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 04 de maio de 2017, tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº. 18.915

(Processo n.º 2014/51058-8)

Assunto: Relatório de Monitoramento das recomendações dirigidas à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) no processo de Auditoria Operacional coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 81/2012:

1-Determinar à SEDUC que elabore e encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de 60 dias, Plano de Ação, conforme dispõe o art. 2º da Res. nº. 18.494 de 03/07/2013, contendo cronograma das ações a serem desenvolvidas e implementadas, estabelecendo prazos, atividades e os responsáveis pela execução das ações, de acordo com o modelo contido neste relatório, em atendimento às recomendações relacionadas no item 278, deste relatório;

2-Determinar à SEDUC que indique servidores que irão compor grupo de contato com a equipe de auditoria operacional deste TCE/PA, com o objetivo de facilitar o acompanhamento da implementação das recomendações;

3-Dar por encerrado o ciclo de monitoramento da Resolução nº. 18.571/2014 e encaminhar cópias do relatório, da Decisão exarada pelo TCE/PA e do Voto que a fundamentou, à 5ª CCG, para que seja juntado à prestação de contas anual do gestor, de modo a subsidiar as análises das contas de gestão e, se for o caso, apurar as responsabilidades cabíveis;

4-Encaminhar cópia da Decisão exarada pelo TCE/PA, do Relatório de monitoramento de auditoria operacional e do Voto que a fundamentou para os seguintes destinatários: À Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará (CEE/PA), à Auditoria Geral do Estado (AGE/PA), à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (ALEPA), ao Ministério Público do Estado (MPE), à Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos;

5-Encaminhar à Auditoria Operacional, cópia da Decisão exarada pelo TCE/PA e do Voto que a fundamentou para que seja realizado o monitoramento das recomendações, referentes as estratégias e metas relacionadas ao ensino médio contidas no PEE/2015;

6-Arquivar os autos, juntando-o ao Processo nº. 2013/51037-8, que deu origem às deliberações ora monitoradas-.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 11 de maio de 2017, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 56.702

(Processo n.º 2010/51694-6)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SETRAN n.º 31/2008

Responsável/Interessado(a): SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA, ex-prefeito, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Advogado: Dr. KLEVERSON GOMES ROCHA, OAB/PA nº 6800 (Procurador constituído do Sr. Valdir Ganzer, secretário, à época, da SETRAN)

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

● Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA (CPF: 111.007.702-59), ex-prefeito municipal de Placas, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), atualizada a partir de 03/10/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, e aplicar-lhe a multa de R\$1.000,00 (um mil reais) pelo débito apontado.

● Aplicar ao Sr. VALDIR GANZER, ex-secretário da SETRAN, (CPF: 194.160.592-34), a multa de R\$97,00 (noventa e sete reais) pelo não encaminhamento do Laudo Conclusivo do Convênio.

● Encaminhar as recomendações à SETRAN, nos termos da manifestação do Ministério Público de Contas, para que observe, em futuros convênios, a necessidade imperiosa de elaboração e obediência ao projeto básico e de observar a obrigatoriedade da fiscalização e acompanhamento da execução dos ajustes.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabeleça o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.703

(Processo n.º 2012/50175-7)

Assunto: Prestação de Contas da SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO, referente ao Exercício Financeiro de 2011.

Responsáveis/Interessados: Srs. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO e

MÁRCIO GODOI SPINDOLA – gestores à época.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 56, inciso I e 60 da Lei Complementar nº 81 de 26 de abril de 2012:

1) Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade dos Srs. PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO e MÁRCIO GODOI SPINDOLA, ex-Gestores, no valor de R\$ 5.048.513,59 (cinco